

PORQUE UM OUTRO MUNDO AINDA É POSSÍVEL

JÁ CONSOLIDADO COMO UMA ALTERNATIVA AO NEOLIBERALISMO, O FSM CHEGA A SUA 5ª EDIÇÃO COM NÚMERO RECORDE DE PARTICIPANTES

LEIA NESTA EDIÇÃO
VITÓRIA DO JURÍDICO:

CEF LIBERA PAGAMENTO DA
AÇÃO DO FGTS. VEJA, NA
PÁGINA 5, AS RECOMENDAÇÕES
DO ADVOGADO DA ADUR-RJ
PARA SACAR O DINHEIRO.

ENTRE OS DIAS 26 E 31 DE JANEIRO, A CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS) SEDIU A QUINTA EDIÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. NA EDIÇÃO MAIS RECENTE, MAIS DE 150 MIL PESSOAS, DE 135 PAÍSES PARTICIPARAM DO EVENTO. CERCA DE 350 PROPOSTAS FORAM EXPOSTAS EM UM MURAL DE ENCERRAMENTO DO FSM, APRESENTANDO INICIATIVAS QUE TRATAVAM DA DEMOCRATIZAÇÃO DA ONU E DO FMI, DA CONDENAÇÃO DE GEORGE W. BUSH, ATÉ A EXPANSÃO DO FOME ZERO PELO MUNDO.

AS ATIVIDADES DE ENCERRAMENTO FORAM INICIADAS NO DOMINGO À NOITE, QUANDO UM MAPA DA ÁFRICA, FORMADO POR PESSOAS, SIMBOLIZOU A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO FSM PARA ALGUM PAÍS DAQUELE CONTINENTE, EM 2007. O EVENTO SERÁ DESCENTRALIZADO EM 2006, ACONTECENDO SIMULTANEAMENTE EM VÁRIAS LOCAIS DO MUNDO. NA MANHÃ DO DIA 31 DE JANEIRO, UMA MARCHA PELAS RUAS CENTRAIS DE PORTO ALEGRE PROTESTOU CONTRA A ALCA, REUNINDO ALGUMAS CENTENAS DE PESSOAS.

ADUR INFORMA ENTREVISTOU O PROF. CANROBERT PENN L. COSTA NETO, PRESIDENTE DA ADUR, QUE ESTEVE REPRESENTANDO A ENTIDADE NAS ATIVIDADES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, EM PORTO ALEGRE.

CRÉDITO DAS FOTOS: MARCELLO CASAL - AGÊNCIA RADIOBRÁS



• **Qual é o significado do FSM para os sindicatos e movimentos sociais em geral?**

CN: Faço minha a seguinte passagem do documento intitulado "Chamamento dos movimentos sociais à mobilização contra a guerra, o neoliberalismo, a exploração e exclusão - outro mundo é possível": "O neoliberalismo é incapaz de oferecer um futuro digno e democrático à humanidade. Mesmo assim, hoje em dia retoma a iniciativa respondendo à sua crise de legitimidade com a força, a militarização, a repressão, a criminalização das lutas sociais, o autoritarismo político e a reação ideológica. Milhões de homens e mulheres estão sofrendo a cada

dia... Por tudo isso, outro mundo não somente é possível, mas necessário e urgente".

• **Qual é a importância da ADUR participar do Fórum Social Mundial?**

CN: A ADUR participou do Fórum como uma seção do ANDES-SN e a importância para o ANDES, e conseqüentemente para a ADUR, foi poder debater com sindicatos do serviço público e de setores privados nacionais, com movimentos sociais e organizações não governamentais internacionais, os rumos das lutas sociais em marcha em escala mundial. A repercussão da participação do ANDES, e por extensão da ADUR, no contexto do Fórum, certamente será sentida nas

próximas discussões políticas no interior das respectivas entidades, notadamente no Congresso do Andes que se avizinha.

• **Qual a sua avaliação política do evento?**

CN: A minha avaliação política é de que o Fórum Social Mundial - 2005 - gerou o documento acima referido, que dentre diversas resoluções destaca literalmente o chamamento a todas as organizações e movimentos sociais participantes, incluindo aqueles que não puderam estar em Porto Alegre, a trabalhar juntos uma campanha pelo IMEDIATO E INCONDICIONAL CANCELAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA DOS PAÍSES DO HEMISFÉRIO SUL, o que, a meu ver, representa uma atitude política de

aberta contestação às regras do neoliberalismo vigente que são cumpridas, sem mediações, pelo governo Lula da Silva, no Brasil.

• **A partir de 2006, o FSM será descentralizado, sendo realizado em diferentes lugares do mundo simultaneamente. Esta iniciativa, segundo os organizadores, pretende contribuir com maior disseminação das discussões. Em 2007, a previsão é a de que o FSM aconteça na África. Você concorda com a idéia de que esta mobilidade geográfica possa ser politicamente produtiva?**

CN: Na realidade, a discussão em torno do local do próximo Fórum contém, no fundo, um debate político

** CONTINUA NA PÁGINA 2 **

co. Por um lado, o Presidente Lula da Silva, do Brasil, diante do desgaste provocado por sua presença, aventou a generosa possibilidade de "banciar" o próximo Fórum em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, a efusiva participação do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fez com que o aceno deste à realização do próximo Fórum, em 2006, naquele país, tivesse uma acolhida quase que imediata. Sabe-se que o continente africano também pleiteia sediar o Fórum, nos próximos anos. O que importa na verdade é que o Fórum Social continue se realizando e que sua agenda se torne cada vez mais instrumento internacional de unidade e mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos diante da crescente ofensiva do neoliberalismo.

• **De acordo com o Jornal do Brasil de 1º de fevereiro, alguns participantes afirmaram que o tamanho do evento e a distância entre os locais das atividades dificultaram a comunicação e geraram desorganização. Esta crítica é procedente?**

CN: Acima de tudo, o que percebi foi que o Fórum desta vez reuniu uma quantidade muito maior de participantes em relação a outras ocasiões. Pela isenta estimativa da Brigada Militar, cerca de duzentas mil pessoas participaram da marcha de abertura (há quatro anos atrás se estimou em vinte mil esta participação). Além disso, as inscrições para os debates teriam superado largamente as de edições anteriores. Se houve problemas de organização isto pode ter sido decorrência do gigantismo do Fórum e de seu fortalecimento como espaço de discussão e deliberação.

• **De quais atividades você participou? A qual delas você daria destaque?**

CN: Antes da abertura do Fórum, participei da reunião do setor das IFES e da Plenária Nacional dos SPF. Como atividades do Fórum, propriamente dito: Governo Lula e as perspectivas dos movimentos sociais e da esquerda brasileira; a luta contra a mercantilização da educação na América Latina; Reformas neo-liberais na América Latina; Encontro Nacional da Conlutas. Além de atividades relacionadas à Reforma Agrária e à discussão sobre Poder e Contra Poder no mundo contemporâneo. Destaco todas elas como de grande importância.

• **Dentre as atividades realizadas pelo ANDES-SN, quais foram os principais temas discutidos e os encaminhamentos apontados pelo grupo? Estes serão levados ao 24º Congresso do Sindi-**

cato Nacional?

CN: A reunião de setor das IFES do ANDES-SN deliberou levar para o 24º Congresso os seguintes encaminhamentos sobre Campanha Salarial 2005: incorporação da GED (140 pontos) ao salário de toda a categoria de docentes das IFES; reajuste emergencial das perdas salariais no Governo Lula (inflação do dieese de 2003 e 2004), mesa de negociação permanente para tratar das perdas acumuladas nos anos anteriores.

• **O tema da desfiliação do ANDES-SN da CUT deve ter sido mencionado. Durante o FSM, nas atividades promovidas pelo Sindicato Nacional, houve alguma indicação a respeito deste assunto?**

CN: Na reunião do setor das federais, que antecedeu a participação no Fórum Social, alguns representantes de associação de docentes manifestaram posições de suas bases quanto à deliberação por permanecer ou sair da CUT. Em primeiro lugar, constatou-se a divisão de opiniões. Uberlândia e Pelotas, por exemplo, já tiraram posição a favor da desfiliação à CUT enquanto Bahia e Ceará manifestaram-se contrárias à desfiliação. Quando questionada, por representante da ADUFRGS, sobre o fato da desfiliação vir a representar o caminho para a organização imediata de uma nova central sindical a se constituir em torno da atual CONLUTAS, a presidente do ANDES afirmou que a entidade vê a CONLUTAS como uma coordenação das lutas dos trabalhadores contra a política governamental e não como o embrião de uma nova central. De qualquer forma, caberá ao próximo Congresso do ANDES se posicionar sobre a desfiliação, ou não, à CUT e seus inevitáveis desdobramentos político-sindicais.

• **Uma das prioridades do ANDES-SN neste ano é combater arduamente as movimentações acerca das reformas universitária e sindical. Quais são as estratégias de mobilização apontadas pelo grupo para reverter as propostas do governo Lula em relação a essas reformas?**

CN: A luta contra a reforma sindical, bem como em relação à trabalhista, está sendo levada em conjunto com outras categorias do serviço público, no interior da Coordenação Nacional do Serviço Público (CNESF). A reforma universitária é tema de discussões entre o ANDES e o MEC. O MEC afirma que "se a reforma universitária avança, o plano de carreira também avança", com o que o ANDES, obviamente, não concorda. O ANDES considera que parte da pauta governamental em torno da reforma universitária já está se processando, haja vista a implantação do Prouni. Por isso é necessário desvincular a refor-

ma universitária -que deve ser combatida com projeto próprio do ANDES a ser levado aos parlamentares no Congresso Nacional- da campanha salarial e por carreira a ser deflagrada a partir do congresso da entidade no final deste mês, em Curitiba. Um fato que se destaca nesse cenário é a questão da GED. O MEC diz que o governo está dividido entre fazer valer a nova legislação que mantém a GED, e inclui um outro patamar de gratificação, ou admitir a incorporação da gratificação ao salário. A ANDIFES (Fórum de reitores das IFES) também não tem consenso sobre os rumos da GED. Por isso o ANDES deliberou na reunião de setor das Federais, anterior ao Fórum Social, que as associações de docentes deveriam fazer um trabalho de convencimento de seus respectivos reitores para que estes apoiassem a incorporação da GED aos salários, no interior da ANDIFES. Neste sentido, assim que retornei do Fórum, me reuni com diretores da ADUR e marquei audiência com o reitor José Antônio, da Rural, para esclarecer-lhe a posição do ANDES sobre a GED e sobre seu posicionamento na reunião da ANDIFES. O reitor, mesmo declarando-se pessoalmente contrário à extinção da GED, afirmou que seguiria o movimento dos professores e não somente votaria pela incorporação da GED junto a ANDIFES, como defenderia esta posição na reunião da entidade.

• **Algumas revistas semanais afirmam que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e integrantes do PT regional estiveram presentes no evento para ofuscar as já esperadas vaias, aplaudindo o discurso do presidente Lula da Silva. Cerca de onze mil camisetas com a inscrição "100% Lula" também foram distribuídas aos participantes no dia anterior a visita do presidente. Mesmo com toda essa operação, os manifestantes criticaram o Lula, ao contrário do que aconteceu no Fórum de 2003, quando, recém eleito, ele foi ovacionado pelo público. Contudo, a grande mídia afirma que embora tenha havido críticas ao governo Lula, um dos principais encaminhamentos do evento é a ideia de tornar mundial o programa do "Fome Zero", idealizado pelo governo Lula. Não lhe parece contraditório?**

CN: A visita de Lula ao Fórum provocou grande agitação entre os participantes do evento. Setores majoritários do PT e da CUT uniformizaram a massa de cerca de dez mil pessoas presentes ao ginásio de esportes, em que Lula discursou. Mesmo assim Lula ouviu ruidosas vaias de alguns manifestantes, indignados com os rumos das políticas econômica, social e ambiental do governo brasileiro. Do lado de fora do ginásio, manifestantes da CONLUTAS, PSOL e PSTU, setores minoritários da CUT e do PT, além de inúmeras outras agremiações de esquerda do campo e da cidade, protestaram veementemente contra as políticas do governo e o sintomático comparecimento de Lula ao foro de Davos. Não sei se há alguma contradição nisso, mas a ideia

LEIA O FINAL DA ENTREVISTA E OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL NA PÁGINA 3.

CRÉDITO DA FOTO: MARCELLO CASAL - AGÊNCIA RADIÓBRÁS



de tornar mundial o Programa "Fome Zero", em Davos, deve ter tido a finalidade de poder implantá-lo brevemente em países como Suíça ou Dinamarca...

· Embora receba um grande número de jornalistas da grande imprensa, o FSM ainda aparece discretamente nas páginas dos principais jornais do país. É possível afirmar que o Fórum de Davos receba uma cobertura jornalística mais intensa do que o FSM. A que você atribui esse pouco espaço na mídia? Pode-se afirmar que o FSM é tratado apenas como "uma feira ideológica", como disse o presidente Lula?

CN: Os jornais de mídia grande de Porto Alegre cobriram exaustivamente o Fórum. Procuraram, inclusive, desqualificar ou até mesmo criminalizar alguns aspectos do evento, como a organização do Acampamento da Juventude, revelando fotos de nudez de alguns estudantes durante os banhos em chuveiros coletivos, instalados na área do acampamento. Porém, o mais interessante foi a cobertura realizada por alguns veículos de comunicação independentes ou alternativos, que tiveram espaço reservado no centro de comunicação do Fórum, instalado oficialmente na torre da Usina do Gasômetro, uma espécie de coração da área do evento. Destaco a atuação de setores de mídia alternativa, como o site do Fazendo Media, de Niterói ou o do grupo Carta Maior, que contou inclusive, como articulista, com representante da Universidade Pública e da própria UFRRJ. Além disso, a grande mídia internacional não se cansou de comparar o evento com o Foro de Davos, acompanhando os deslocamentos e participação do Presidente Lula da Silva em ambas as atividades. Quanto à mídia grande do sudeste do Brasil, esta simplesmente perdeu mais uma grande oportunidade de exercer o jornalismo político no país. Mas a isso nós já estamos acostumados...



BREVE HISTÓRICO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Como explica Francisco Whitaker, um dos organizadores do Fórum Social Mundial, na página do evento na Internet, o FSM surgiu como uma reação a uma proposta de um Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), em 1998, que seria assinado pelos países mais ricos do mundo, e posteriormente imposto aos "subdesenvolvidos". Várias entidades e organizações internacionais se mobilizaram contra iniciativas como esta, que tentava ditar as regras socioeconômicas mundiais. A "meca" do neoliberalismo se afirmou como o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos (Suíça). Para resistir à disseminação da teoria neoliberal que avança sobre os demais países, um grupo de acadêmicos e universitários organizou manifestações e encontros primeiramente denominados como Anti-Davos.

A partir destes fatos, a idéia de um encontro internacional que se afirmasse contrariamente a essas políticas neoliberais cresceu e tomou corpo como o Fórum Social Mundial. Para dar uma dimensão simbólica a este fórum, ele seria realizado nos mesmos dias do encontro de Davos, cuja periodicidade também seria anual.



Realizado pela primeira vez em janeiro de 2001, o FSM se consolidou como um espaço internacional para mobilização e organização daqueles que se contrapõem à Globalização, e conseqüentemente ao modelo neoliberal. A principal proposta do FSM é construir alternativas para favorecer o desenvolvimento humano, tendo como base a igualdade e a diversidade. Por meio de um debate democrático, o FSM está a serviço da justiça social, igualdade e soberania dos povos.

Em 2001, o FSM contou com aproximadamente 20 mil pessoas e entidades de 117 países. Após o sucesso desta primeira edição do evento, o Comitê Organizador do FSM da época decidiu elaborar uma Carta de Princípios, como garantia de que o espaço permaneceria como uma instância alternativa e democrática para a circulação de idéias. Por esta Carta de Princípios, definiu-se que o FSM "reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial", sobretudo porque não tem caráter deliberativo e tampouco é um espaço para disputa de poder.

Da primeira edição até a mais recente, o número de participantes tem sido crescente. Dentro do FSM acontecem fóruns regionais e temáticos, bem como outros eventos paralelos e apresentações culturais. A realização do FSM inspirou a criação de diversos encontros de caráter local, regional ou temático.

Saiba mais sobre o FSM em www.forumsocialmundial.org.br

ASSEMBLÉIAS DA ADUR DISCUTEM TESES PARA O PRÓXIMO CONGRESSO DO ANDES E DELIBERAM SOBRE ASSUNTOS JURÍDICOS

O NOVO ANO COMEÇOU MOVIMENTADO PARA OS DOCENTES DA UNIVERSIDADE RURAL. A ADUR-RJ JÁ CONVOCOU A CATEGORIA PARA TRÊS IMPORTANTES ASSEMBLÉIAS. A QUE ESTAVA PREVISTA PARA O DIA PRIMEIRO DE FEVEREIRO NÃO OCORREU POR FALTA DE QUÓRUM.

ADUR INFORMA APRESENTA UMA BREVE SÍNTESE DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS PELOS PRESENTES E LEMBRA QUE É IMPRESCINDÍVEL A PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DE TODOS NAS ASSEMBLÉIAS. SOMENTE COM O ENGAJAMENTO COLETIVO SERÁ POSSÍVEL REIVINDICAR OS DIREITOS DOS PROFESSORES E LUTAR CONTRA O SUCATEAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE.



20/01/05

A Diretoria da ADUR-RJ convocou todos os seus filiados para a assembléia do dia 20 de janeiro, realizada no quiosque da ADUR, para tratar dos seguintes pontos de pauta, aprovados por unanimidade: a) eleição do delegado para a Reunião do Setor das IFES e para a Plenária dos Servidores Públicos Federais, b) demandas do 24º Congresso do ANDES, a realizar-se em fevereiro próximo, c) desfiliação do ANDES-SN da CUT, d) informes jurídicos.

Quanto ao primeiro ponto de pauta, os presentes indicaram o nome do Professor Canrobert Penn L. Costa Neto para participar das reuniões acima citadas, bem como das atividades do GTPE do ANDES-SN no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizado no período de 26 a 31 de janeiro de 2005.

Em relação ao 24º Congresso do ANDES-SN, cuja realização será no período de 24 de fevereiro a 1º de março, em Curitiba, foram apresentados os principais temas que serão debatidos no evento, tais como a mobilização contra a Reforma Universitária e a desfiliação do ANDES-SN da CUT.

O tema da Reforma Universitária foi amplamente debatido pelos presentes. O Prof. Aloísio J. J. Monteiro, que esteve presente na última reunião do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional), ocorrida em São Paulo, apresentou alguns encaminhamentos aprovados para o 24º Congresso. De acordo com este docente, o GTPE e o GT-Carreira pretendem trabalhar juntos, priorizando as Reformas Universitária e Sindical como frentes de combate. Ele informou que ambos os GTs têm discutido criticamente o Anteprojeto de Lei Orgânica proposto pelo MEC, bem como outras medidas já tomadas pelo governo, tais como: o ProUni, o SINAES, a Reforma do Ensino Tecnológico, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e a Lei de Inovação Tecnológica.

Todos os participantes se posicionaram contrariamente à Reforma do Ensino Superior proposta pelo Governo Lula, bem como destacaram a importância desta discussão e da necessidade de se lutar pela autonomia universitária. O Prof. Aloísio J. J. Monteiro também informou que há posições divergentes em relação ao encaminhamento deste assunto. Parte dos docentes entende que a entidade deve participar das propostas e emendas à Reforma, buscando torná-la mais próxima das nossas bandeiras. Outro grupo defende a não participação nestas tentativas de emendas, já que a experiência anterior mostrou que, além de inócua, acaba por legitimar o desmonte pretendido pelo Governo.

Os presentes alertaram para o fato do governo, muitas vezes, se

apropriar de um belo discurso, que nem sempre deixa transparecer as verdadeiras intenções das suas propostas.

A discussão também foi produtiva em relação ao terceiro ponto de pauta, a desfiliação do ANDES da CUT. Embora nenhum posicionamento definitivo tenha sido aprovado, já que os presentes apresentaram divergências em relação a permanecer ou desfiliar-se da CUT, os docentes concordaram que este tema deve ser novamente debatido pela categoria, em futuras assembléias. Para os professores, esta discussão precisa ser contextualizada no âmbito da atual conjuntura política, que envolve a criação do Proifes (Fórum dos Docentes das IFES) e a proposta de Reforma Sindical do governo.

Em relação aos assuntos jurídicos, os representantes da Diretoria da ADUR informaram que a entidade convocaria os docentes para uma assembléia específica para tratar dos seguintes temas: FGTS, honorários do assessor jurídico, ação individual dos 3,17% e ação coletiva referente à Data-Base.

OS TEXTOS QUE ABORDAM E SUBSIDIAM A DISCUSSÃO SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA ESTÃO DISPONIBILIZADOS, COM DESTAQUE, NA PASTA DE POLÍTICA SINDICAL/ DOCUMENTOS, NA PÁGINA ELETRÔNICA DA ADUR.

27/01/05

A assembléia do dia 27 de janeiro tratou especificamente de questões jurídicas. Foram abordados assuntos relacionados ao FGTS, à ação individual dos 3,17% e à ação coletiva referente à Data-base.

O Dr. Marcelo Chalréo, assessor jurídico da ADUR, esteve na assembléia para prestar esclarecimentos sobre estes assuntos e informar a respeito da vitória da ADUR na ação movida contra a Caixa Econômica Federal. Apresentamos, na próxima página, um breve resumo do que foi deliberado pelos presentes, a respeito de cada um deles.

Ação individual dos 3,17%

O assessor jurídico da ADUR informou que os docentes têm direito a um resíduo salarial, que vem sendo pago semestralmente, em um prazo de sete anos. A proposta aprovada por unanimidade consiste em conduzir uma ação individual para receber este resíduo em uma única vez e não parcelado. Os honorários do advogado ficam em 5% do valor recebido, sendo 1/5 destinados à ADUR. Cada professor interessado em mover esta ação individual deverá apresentar a seguinte documentação na sede da entidade: procuração (cujo modelo encontra-se na sede da ADUR, devendo ser especificado que se trata da ação dos 3,17%), CPF, identidade, xerox do comprovante de residência, contracheques dos meses em que já houve o depósito de algumas parcelas.

Ação coletiva referente à Data-Base

Também foi aprovada por unanimidade a proposta de se mover uma ação coletiva, a ser encaminhada ao Juizado Especial Federal (Pequenas Causas), pelo não pagamento da correção salarial anual a que os Servidores Públicos Federais (SPF) têm direito. Esta ação terá caráter indenizatório. Os documentos devem ser providenciados apenas pela ADUR - trata-se de ação coletiva - e são os seguintes: procuração, nos moldes da estabelecida pelo ANDES-SN; CNPJ; cópia de estatuto do ANDES e Regimento da ADUR e listagem (com o devido CPF) de todos os docentes associados à entidade.

Vitória da ação do FGTS

O assessor jurídico da ADUR informou que é possível que alguns professores já estejam recebendo os valores referentes à ação do FGTS. Segundo Dr. Marcelo Chalhó, a Rural está entre as dez primeiras universidades do país a receber o FGTS, bem como a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Contudo, quando forem à Caixa Econômica Federal, os docentes devem adotar alguns procedimentos que apresentamos, em destaque, nesta edição do ADUR Informa. É IMPRESCINDÍVEL SEGUI-LOS, já que os professores deverão trazer da CEF a documentação exigida pelo advogado, para que posteriormente, possa se fazer a conferência dos valores creditados e se tomar as devidas providências, caso seja necessário.

Vale lembrar, que de acordo com Dr. Marcelo Chalhó, é muito provável que os docentes mais idosos sejam os primeiros contemplados pela CEF, em consonância com o estatuto do idoso, ora em vigor.

Honorários do advogado referente às ações do FGTS

Esta assembleia deliberou pelo pagamento de 7,5% ao advogado, sendo que destes, 1/5 devem ser revertidos para a ADUR. Vale lembrar aos docentes que não haverá tributação sob o valor recebido do FGTS, devido ao seu caráter indenizatório. Também é importante ressaltar que estes percentuais visam sanar as despesas decorrentes do processo. O compromisso dos docentes agraciados é o de efetuar este pagamento na sede da ADUR, que emitirá o recibo correspondente.

VITÓRIA DO JURÍDICO: CEF LIBERA PAGAMENTO DA AÇÃO DO FGTS. VEJA, AO LADO, AS RECOMENDAÇÕES DO ADVOGADO DA ADUR-RJ PARA SACAR O DINHEIRO

PROCEDIMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA O SAQUE DOS VALORES DO FGTS (PLANOS ECONÔMICOS)

Os docentes relacionados no processo patrocinado pela ADUR deverão se dirigir a qualquer agência da Caixa Econômica Federal, portando, desde logo, o seu cartão de CIC (CPF), Carteira de Trabalho (se houver mais de uma levar as que tiver ou pelo menos a última em uso), sendo que desta Carteira deve constar o carimbo de passagem para o RJU (Lei 8.112/90), aposto em todas as carteiras profissionais dos docentes da UFRRJ em 1991 e Cartão do PIS/PASEP (ou qualquer outro documento onde conste o número do mesmo) ;

Deverão solicitar ao gerente ou ao caixa que verifiquem se na conta FGTS do interessado já foi creditado o valor decorrente de sentença judicial transitada em julgado concernente aos planos econômicos, isto sem qualquer deságio, e com juros de mora (como fixados na sentença);

Comprovado o crédito deverão solicitar o pagamento, que poderá ser feito no mesmo dia ou no máximo um ou dois dias depois, de acordo com a sistemática de determinadas agências;

Nessa ocasião, isto é, por conta do pagamento, deverão solicitar a expedição de extrato pela CEF com o valor que está sendo pago, bem como comprovante de pagamento ou crédito em conta (se o interessado optar por essa modalidade de pagamento). Esses documentos são imprescindíveis, devendo o interessado, tão logo os possua, dirigir-se à ADUR, a quem deverá entregar cópia de ambos, isso para que posteriormente se possa fazer a conferência quanto ao correto pagamento pela CEF - já foi detectado em alguns casos pagamentos equivocados, razão pela qual se o interessado não comparecer à Associação com os documentos (extrato e boleto de pagamento ou depósito em conta) que comprovem o quanto de fato recebeu, poderá vir a sofrer prejuízos irreparáveis e impossíveis de serem demonstrados. No ato do comparecimento à ADUR deverá efetuar o pagamento do percentual aprovado pela Assembleia em 27/01 do corrente ano, com o que a ADUR emitirá o recibo comprobatório, tudo para posterior prestação de contas ;

Lembramos que não se trata de uma ação contra a UFRRJ, mas sim contra a CEF, assim em decorrência desse processo poderão ser pagas outras contas FGTS inativas dos interessados (desde que houvesse saldo por ocasião das perdas) caso as tenham tido no passado. Os comprovantes que deverão ser entregues na ADUR (extrato e boleto de pagamento bancário) devem dizer sobre todas as contas pagas, sobre o que se aplicam os procedimentos anteriormente explicitados;

É possível que o docente não tenha, de imediato, seu valor creditado pela CEF. Não se preocupe, a princípio, pois isso pode se dar por várias e várias razões, p. exemplo: a CEF costuma pagar por lotes, assim o interessado pode não estar no primeiro lote, podendo inclusive o crédito do segundo lote ocorrer até semanas após primeiro; erro de digitação na base de dados (sistema) da CEF; saques anteriormente realizados; enfim, um conjunto de fatores que a Assessoria irá explicando e resolvendo na medida em que surjam, valendo o acima escrito apenas como alguns exemplos ;

Todos os problemas detectados pelos interessados deverão ser levados à Associação, que manterá permanente contato com a Assessoria Jurídica objetivando resolvê-los o mais rapidamente possível;

A Assessoria Jurídica estará à disposição para esclarecer as dúvidas pertinentes ao assunto.

Atenciosamente,
Dr. Marcelo Chalhó
Assessor Jurídico da ADUR-RJ

ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES RECEBEM COBRANÇA INDEVIDA DA CUT

ABAIXO, REPRODUZIMOS A CIRCULAR Nº023/05, DE 1º DE FEVEREIRO DESTA ANO, PELA QUAL O ANDES-SN INFORMA QUE A CUT TEM ENVIADO BOLETOS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DIRETAMENTE ÀS SEÇÕES SINDICAIS. TAL MEDIDA É CRITICADA PELO SINDICATO NACIONAL, POIS AS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES SÃO SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN, QUE É O RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO À CUT. O MAIS CURIOSO É QUE ISTO ACONTECE JUSTAMENTE QUANDO O ANDES SUSPENDEU O PAGAMENTO À CENTRAL E ESTÁ DISCUTINDO A SUA DESFILIAÇÃO.

A ADUR-RJ É UMA DESTAS SEÇÕES QUE RECEBEU UMA CARTA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, PELA QUAL ELA INFORMA QUE “A PARTIR DA MENSALIDADE DE JANEIRO DE 2005, A CUT ADOTARÁ UMA NOVA SISTEMÁTICA PARA O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS —AS ASSOCIAÇÕES DOS DOCENTES FILIADAS RECEBERÃO DIRETAMENTE OS BOLETOS PARA OS PAGAMENTOS COM O VALOR CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DE 6,2% SOBRE A RECEITA DA ENTIDADE”. A MESMA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA PELA CUT EM 24 DE JANEIRO DE 2005, INFORMA TAMBÉM QUE TAL MEDIDA “SIGNIFICA A DESCENTRALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO QUE, DE DEZEMBRO DE 2004 FOI INTERMEDIADA PELO ANDES (...)”.

LEIA, ABAIXO, A EXPLICAÇÃO DADA PELO SECRETÁRIO DO ANDES-SN:

“Às Seções Sindicais, Secretarias Regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros,

Recebemos a notícia, por algumas seções sindicais, que a CUT, praticando uma ingerência inaceitável, vem enviando boletos para “atualização cadastral e financeira”.

Somos, e a Central sabe muito bem, um Sindicato Nacional e, portanto, a filiação à Central é do Sindicato como um todo e não de cada seção em particular.

A Central conhece nossa sistemática financeira e sabe que até a decisão do 47º CONAD pagávamos nossa contribuição sobre os 0,2% que estatutariamente as seções nos repassam. Aquelas seções, e essa situação é minoritária, que repassam para a CUT sobre os seus 0,8% o faziam por meio do Sindicato Nacional tendo esses recursos uma conta específica para absoluta clareza do processo.

Desde a gestão 1992-1994 essa questão vem sendo discutida com a CUT. Em maio de 1997 foi assinado um documento reconhecendo tal fato como legítimo e correto. Não obstante isso a Central reiteradamente negou direito de participação nos estados às nossas seções mesmo de algumas que faziam o repasse.

Nossa diretoria recebeu documento da CUT (anexo) dizendo, com mais de um ano de atraso, que concordava com nossa proposta. Dupla falsidade ideológica: a) não concordaram, mas, pelo contrário, “atualizaram” nossa dívida” e b) só o fizeram ao tomar conhecimento da proposta de indicação da desfiliação.

Respondemos (anexo) a essa carta e publicamos nossa resposta para amplo conhecimento dos nossos sindicalizados, na nossa página na Internet.

A CUT volta agora à carga. O envio de boletos para nossas seções implica, na prática, uma tentativa de quebra da nossa autonomia. Por meio dessa medida “administrativa” a Central tenta enfraquecer a decisão do 47º CONAD que determinou que qualquer negociação/ retomada de pagamento só se realizará após a deliberação do 24º CONGRESSO onde está pautada a desfiliação do ANDES-SN da CUT (anexo).

A decisão das Seções Sindicais sobre o repasse (sobre os 0,8%) não foi tratada na deliberação do CONAD e, portanto, não está aqui em questão. O que nos preocupa, fundamentalmente, é a intervenção da Central no nosso processo de decisão.

Insistir, depois de tudo isso, com o envio dos boletos implica em clara ingerência no nosso Sindicato. O relacionamento CUT - ANDES-SN não chegará a bom termo com este tipo de iniciativa. Quem decidirá democraticamente a questão será a nossa categoria pela sua manifestação no 24º CONGRESSO.

Diante do exposto indicamos que esses boletos sejam devolvidos à Central devidamente não respondidos.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais.

Saudações Sindicais e Universitárias.

Prof. Edmundo Fernandes Dias
3º Secretário”

Cartilha sobre Reforma Sindical e Trabalhista disponível na ADUR

Comunicamos que os membros dos Conselhos de Representantes da UFRRJ já receberam exemplares da cartilha sobre as reformas sindical e trabalhista, elaborada pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE). Há alguns números disponíveis para distribuição na ADUR. Os interessados podem retirar o seu exemplar na sede do Sindicato dos Docentes da Universidade Rural.

ADUFU DIVULGA MOÇÃO DE REPÚDIO À POLÍTICA DO MEC DE INCLUIR PROIFES EM GT

Reproduzimos, abaixo, o documento produzido pela Diretoria da ADUFU:

Os docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reunidos em Assembléia Geral, no dia 20/01/2005, vêm manifestar seu mais veemente repúdio à "opção política" do MEC de incluir representação do PROIFES, no GT instituído pela portaria nº 4.052, de 9/12/2004.

Entendem os docentes do UFU que esta opção do MEC revela a sua dificuldade que é também daqueles professores em aceitar as decisões tomadas de forma democrática e em instâncias legítimas. O MEC esconde também sua clara disposição em não querer reconhecer o ANDES-SN como o legítimo Sindicato representante dos docentes das Instituições de Ensino Superior.

Por fim, os docentes da UFU reafirmam o ANDES-SN como seu único representante e repudiam qualquer tentativa do "Proifes" de se apresentar como interlocutor da categoria em qualquer instância e sobre qualquer gestão.

Uberlândia, 20 de janeiro de 2005.
Assembléia Geral da ADUFU – Seção Sindical

JORNAL ABERTO À COMUNIDADE DA RURAL

A DIRETORIA DA ADUR PLANEJA UM NOVO JORNAL, FORMADO POR ARTIGOS, CRÔNICAS, POESIAS, REFLEXÕES, E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES ELABORADAS PELA COMUNIDADE DA RURAL. NOSSO "JORNAL ABERTO" AINDA NÃO TEM NOME, MAS JÁ ACEITAMOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DESTA PROJETO, BEM COMO SUGESTÕES PARA "BATIZÁ-LO".

CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE DOCENTES, DISCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, PARA TRANSFORMÁ-LO EM UM ESPAÇO DE DEBATE, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS. **PARTICIPE!!** ENVIE SUA CONTRIBUIÇÃO E SUGESTÃO PARA NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO (IMPRESA@ADUR-RJ.ORG.BR) OU DEIXE UMA CÓPIA (IMPRESSA E EM DISQUETE) DO ARQUIVO, NA SEDE DA ADUR.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO INVESTIGA ESPECIALIZAÇÃO PAGA EM FACULDADES PÚBLICAS DO ESTADO

USP e UNICAMP estão na lista de instituições a serem investigadas:

As promotorias de Cidadania e de Fundações da Procuradoria Geral de São Paulo investigarão os cursos de especializações pagas, que têm sido realizados em faculdades públicas do Estado. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, de 10 de fevereiro, o pedido de investigação é baseado em uma representação de Eduardo Martines Junior, do Conselho Estadual de Educação (CEE), que questiona o uso do espaço público para a realização de atividades privadas.

O mesmo jornal informa que o CEE analisou dois pedidos da FAMERP (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto), ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, para criação de dois cursos pagos para profissionais da área de saúde. A FAMERP nasceu como instituição privada e foi institucionalizada em setembro de 1994, para permanecer oferecendo cursos de graduação em medicina e enfermagem. Segundo Eduardo M. Junior, uma instituição pública não pode oferecer cursos em que o estudante paga mensalidade.

A FAMERP se pronunciou dizendo que os cursos são realizados em parceria com a FAEPE (Fundação de Apoio a Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade). Contudo, os certificados são expedidos pela FAMERP – o que comprova o vínculo da instituição pública com atividades privadas.

A Folha de São Paulo também noticia que esta situação tem sido cada vez mais presente em instituições públicas. Entre elas estão universidades de grande importância no cenário acadêmico, tais como a USP, a UNESP e a UNICAMP, que mantêm fundações por meio das quais são ministrados cursos pagos. É o uso do bem público para realização de atividades de interesses privados.

Fonte: Folha de S. Paulo, 10 de fevereiro de 2005.

24º CONGRESSO DO ANDES- SN

24/02 a 01/03, em Curitiba (PR), com o tema: "Unidade e independência da classe trabalhadora: direitos sociais e projeto de emancipação".



CADERNO DE TEXTOS DO 24º CONGRESSO DO ANDES DISPONÍVEL NA ADUR E NA INTERNET

AS TESES DO 24º CONGRESSO DO ANDES – INCLUINDO AS DISCUSSÕES SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A DESFILIAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DA CUT – ESTÃO DISPONÍVEIS NA SEDE DA ADUR. QUEM DESEJAR, TAMBÉM PODERÁ OBTER O CADERNO DE TEXTOS DO 24º CONGRESSO DO ANDES NA INTERNET.

ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR OU WWW.ANDES.ORG.BR
LEIA, PARTICIPE DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLÉIAS DA ADUR-RJ.

GT-CARREIRA E GTPE DISCUTEM ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) e o de Carreira reuniram-se nos últimos dias 11 e 12 de janeiro, na sede da ADUNIFESP (SP), para discutir o Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior apresentada pelo MEC em 2004. Logo no início do encontro, os presentes manifestaram suas críticas ao curto espaço de tempo disponibilizado pelo governo para que as instituições pudessem dar algum parecer sobre Anteprojeto de Lei Orgânica. O grupo ressaltou a necessidade de se relacionar tal medida com a proposta de Reforma Universitária do governo, que tem sido energeticamente combatida pelo ANDES-SN.

No primeiro dia do encontro, os GT's trabalharam separadamente e subdividiram-se em pequenas equipes para tratar de assuntos como a Lei de Inovação Tecnológica, o Anteprojeto de Lei Orgânica para a Educação Superior, bem com suas implicações para a estrutura da carreira dos docentes, a proposta de titularidade para professores do ensino médio e fundamental, o fim do Sistema Nacional de Educação, entre outros assuntos. As conclusões dos grupos serão apresentadas no 24º Congresso do ANDES-SN, a realizar-se em Curitiba.

Para os participantes, o Anteprojeto de Lei Orgânica deve ser analisado de acordo com as medidas já em curso, tais como a criação do ProUni, a regulamentação das fundações privadas e a aprovação da Parceria Público-Privada. Os presentes na reunião afirmaram que o governo tem buscado fragmentar as discussões, e que cada vez mais a qualidade do ensino público tem sido relegada ao segundo plano.

O principal entendimento tem sido o de que o anteprojeto de Lei Orgânica do Ensino Superior limita a autonomia universitária, amplia a educação do setor privado, e desqualifica a noção do termo "público". Aquilo que deveria ser um

direito de todos, como uma garantia do Estado, será nada mais do que uma simples prestação de serviço, descompromissada com a formação crítica do aluno.

Do mesmo modo que pode ser prejudicial para a instituição pública, o Anteprojeto de Lei Orgânica, se aprovado, pode comprometer o trabalho docente, na medida em que permitiria o fim da isonomia salarial e a flexibilização de contratos trabalhistas. A admissão de professores substitutos por um período de um ano tem sido uma prática recorrente em algumas universidades. Assim, o Estado isenta-se de promover concursos públicos para a contratação de profissionais qualificados para o ensino superior. É preciso ressaltar que a função de professor substituto tem sido exercida por alunos recém graduados ou por aqueles que ainda frequentam a pós-graduação.

Assim, o GT Carreira busca um consenso para a construção de uma proposta de "Carreira Única" para os professores das IFES, cujo alguns pontos devem ser discutidos em conjunto pelo SINASEFE e pelo ANDES. Para ele, é importante definir as diretrizes da carreira, como, por exemplo, a qualidade do processo de trabalho, o incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação profissional, entre outros aspectos.

Durante a reunião, os participantes também apontaram algumas propostas para serem apresentadas no GT do MEC. Entre elas, a de isonomia salarial da categoria e "a extinção da GED com vistas à incorporação das gratificações". Segundo o GT MEC, "o fim da GED não significa fim de avaliação de desempenho, a qual continua sendo necessária e elemento fundamental para a carreira docente".

SEMINÁRIO DISCUTE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Em 14 de dezembro, representantes de secretarias do MEC, de entidades sindicais como o ANDES-SN, CNE, ANPED, SINASEFE, entre outras, bem como de CEFET's, CONCEFET e CONDETUF estiveram reunidos em Brasília para participar do "Seminário de Discussão da Proposta Metodológica para Construção da Política de Formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)".

Com o objetivo de elaborar um projeto de formação de profissionais de EPT, o seminário apresentou os resultados da pesquisa "Formação inicial e continuada dos profissionais da educação profissional e tecnológica" e a "proposta de metodologia de construção de uma política de formação de profissionais da educação profissional".

Posteriormente, os presentes apresentaram suas sugestões para a criação de um Grupo de Trabalho responsável pela avaliação da metodologia proposta. Este foi o principal encaminhamento do "Seminário de Discussão da Proposta Metodológica para Construção da Política de Formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)". Este Grupo de Trabalho será composto por representantes de várias entidades ligadas à educação, estando vinculado ao Fórum Nacional da EPT.

Durante este encontro, os participantes ressaltaram a importância da universidade na formação dos professores, bem como o fato do decreto nº5.154/04 não especificar nada em relação à formação dos profissionais da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT). Paralelamente, destacaram que a proposta apresentada pelo MEC para profissionais de EPT enfatiza o empreendedorismo e a formação industrial e não prioriza o exercício da docência.

Segundo o relatório da reunião, apresentado pelo ANDES-SN na circular 430/04, houve um debate no qual se criticou a proposta de anteprojeto de lei para a educação superior, que transforma os institutos superiores de educação em faculdades. Para alguns dos presentes nesta reunião, tal medida contraria a luta por um ensino de qualidade, que privilegie o intercâmbio disciplinar entre os alunos, já que as faculdades estariam restritas a oferta de um único curso. Do mesmo modo, os participantes ainda destacaram negativamente uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que reduziu a carga horária dos cursos de bacharelado com licenciaturas para 2.400 horas apenas. Outra questão abordada pelo grupo foi a carência de profissionais destinados ao ensino médio.

Representantes de algumas das entidades participantes questionaram também o projeto "Escola na Fábrica", uma vez que trabalhadores seriam transformados em instrutores voluntários nas empresas que tomassem parte desta iniciativa. Não haveria, portanto, uma preocupação com a qualificação destes instrutores, que seriam treinados por entidades contratadas pelo MEC, sendo tal medida um contra-senso em relação a uma formação de qualidade.

JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA DO SINDICATO NACIONAL DOIS INFORMANDES ESPECIAIS: UM SOBRE A HISTÓRIA DE LUTA DO ANDES-SN E AS AMEAÇAS AO SINDICATO E OUTRO SOBRE A QUESTÃO DA DESFILIAÇÃO DA CUT.

ACESSE WWW.ANDES.ORG.BR

SETOR DAS IFES E PLENÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS PLANEJAM CAMPANHA SALARIAL DE 2005

Não foi somente o Fórum Social Mundial que movimentou Porto Alegre na última semana de janeiro. A cidade também sediou a reunião do Setor das IFES, no dia 25 de janeiro e a Plenária dos Servidores Públicos Federais, no dia posterior. Representantes de várias instituições, que também participaram de atividades do FSM, estiveram presentes nestes eventos. A ADUR-RJ foi representada pelo professor Canrobert Penn L. Costa Neto.

Na reunião do Setor das IFES, as associações de docentes apresentaram, primeiramente, seus informes. O presidente da ADUR, Prof. Canrobert Costa Neto, explicou que a última assembléia da categoria antecedendo esta reunião havia ocorrido no dia 20 de janeiro. A questão da desfiliação da CUT foi debatida pelos presentes, mas não se chegou a qualquer encaminhamento definitivo, já que não houve consenso sobre o tema. A relação ANDES-SN e CUT será retomada na assembléia da ADUR do dia 14 de fevereiro, após o recesso do carnaval. O representante da ADUR informou a vitória da ação judicial movida contra a Caixa Econômica Federal para o pagamento do FGTS.

Quanto à campanha salarial deste ano, a ADUR-RJ esperava encontrar subsídios para futuras discussões durante a reunião do Setor. Os principais encaminhamentos do grupo, que foram novamente apresentados na Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada no dia 26 de janeiro, direcionaram algumas deliberações acerca da campanha salarial de 2005.

Durante a reunião do Setor das IFES, aprovou-se a retomada do documento "Diretrizes de Plano de Carreira (DPC)", elaborado pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais. Para os presentes, a CNESF deve solicitar audiência com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para discuti-lo.

Do mesmo modo, definiu-se como encaminhamento reivindicar o índice de reajuste salarial emergencial da inflação de 2003 e 2004, correspondente ao governo Lula, já de acordo com o lançamento da Campanha Salarial deste ano. Segundo os representantes do Sindicato Nacional, o encaminhamento do grupo é pelo "pagamento integral da GED (140 pontos) para todos os professores por quanto não seja definido o destino" dela, "extinção da GED e incorporação das gratificações, com paridade e isonomia, com calendário ainda no atual governo" e "reintrodução dos anuênios na remuneração dos docentes".

Os presentes concordaram que as seções sindicais devem procurar, urgentemente, os reitores e dirigentes das IFES para solicitar que eles se posicionem favoravelmente ao fim da GED, na reunião do Pleno da ANDIFES, em 14 de fevereiro.

Estes pontos apresentados pelo ANDES-SN subsidiaram as discussões em torno dos encaminhamentos para a campanha salarial de 2005 dos Servidores Públicos Federais. É importante destacar que os encaminhamentos expostos pelo Sindicato Nacional dos Docentes já haviam sido discutidos na reunião do Setor das IFES, no dia anterior. Entidades como ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, CONDSEF, CUT participaram da Plenária dos SPF, que basicamente, também versou sobre a Campanha Salarial de 2005.

De acordo com o relatório desta plenária, foi aprovada, consensualmente, a reestruturação das carreiras dos Servidores Públicos Federais, com incorporações das gratificações, tendo por base o DPC (Diretrizes de Plano de Carreira) - documento elaborado pelo CNESF. Da mesma forma, os SPF cobram a paridade entre ativos e aposentados e reivindicam que a recomposição das perdas salariais desde 1995 seja garantida até o final de 2006, ainda durante o governo Lula.

O lançamento da campanha salarial de 2005 será efetivado no próximo dia 15 de março, após a plenária nacional dos SPF, no mesmo dia. Até então, a maioria aprovou pela realização de plenárias setoriais.

ANÁLISE PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

****Rodrigo Dantas**

Em seis de dezembro de 2004 o MEC apresentou o anteprojeto da reforma universitária. Na ocasião, o ministro Tarso Genro afirmou que o anteprojeto deveria ser visto como o marco inicial da reforma universitária, como se fosse possível ignorar que o ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e todos os decretos e portarias que redimensionaram o ensino profissional e tecnológico, regulamentaram as fundações privadas, etc., se articulam coerentemente com o anteprojeto.

Em seu conjunto, as medidas implementadas ao longo de 2004 e o anteprojeto apenas materializam os princípios e diretrizes anunciadas pelo governo em seus documentos sobre a reforma da educação superior, aprofundando de modo inequívoco os processos de mercantilização e privatização da educação superior e da produção de conhecimento no país. O caderno produzido pelo ANDES-SN em agosto (A Contra-Reforma da Educação Superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva) analisou as principais medidas do governo em 2004 em relação à reforma da educação superior, assim como o documento que continha os princípios e diretrizes da reforma da educação superior, demonstrando sua afinidade com as diretrizes emanadas do Banco Mundial e sua coerência em relação às políticas seguidas pelos últimos governos brasileiros. Agora, com a apresentação do anteprojeto, podemos constatar até que ponto procedia a afirmação do ministro, logo no início da sua gestão, segundo a qual a reforma da educação superior representaria a consolidação de tudo o que foi feito nos últimos anos e de tudo o que seria feito pelo MEC ao longo de 2004.

Na apresentação do anteprojeto, o MEC mais uma vez conclamou a sociedade ao diálogo, antes que sua versão final seja apresentada ao Congresso. Mas como seria possível estabelecer este diálogo, se o prazo para que se apresentem contribuições e críticas ao anteprojeto expira em 15 de fevereiro? Se as universidades, entre dezembro e fevereiro, estão às voltas com recessos, férias, fim de semestre e trabalho interno, por que teria o MEC escolhido exatamente este período para a discussão do anteprojeto?

É verdade que no anteprojeto de reforma universitária foram suprimidos alguns dos elementos mais agressivos contidos nos documentos anteriores, tanto do MEC como do GTI; dentre eles, o fim da gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação nas universidades públicas; o dispositivo pelo qual entidades públicas e privadas disputariam os recursos públicos a serem



Charge: ANDES-SN. Autor: Ricardo Borges

disponibilizados em editais pelo MEC; e a ameaça de que a estabilidade e o regime de dedicação exclusiva dos docentes seriam submetidos a critérios de avaliação que instalariam entre nós uma disputa fratricida, já não mais apenas pelos pontos da gratificação (como na nova GED anunciada pela MP 208, convertida em lei), mas pelo próprio direito de existir como docente. Podemos considerar a supressão destes e de outros pontos como uma vitória parcial do movimento em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, que tem no ANDES-SN um de seus principais protagonistas? Em parte sim, mas a estrutura, os eixos e o sentido da reforma privatista permaneceram intactos. Estes recuos são apenas pontuais, possivelmente táticos, em nada afetando a estrutura privatista da reforma. Se isso demonstra em que medida a mobilização política e a sensibilização da comunidade universitária e da sociedade pode obter vitórias para os que defendem o ensino público, a leitura atenta do anteprojeto e o que ela é capaz de nos revelar apenas deixa clara a necessidade de aprofundarmos consideravelmente nosso trabalho de mobilização.

A contradição entre os princípios do anteprojeto e suas medidas concretas

Ao longo de todo o anteprojeto não é possível encontrar coerência entre os princípios enunciados nas disposições gerais (capítulo I) e o conjunto de medidas concretas que se seguem. Contradição semelhante àquela entre o discurso do governo em defesa da universidade pública e crítico em relação à mercantilização da educação e a saraivada de MPs, decretos, leis e portarias mediante as quais ele vem implementando sua reforma, a contrapelo de qualquer diálogo e em franca contradição com seus compromissos históricos.

A propósito, é curioso observar, tanto em sua retórica e em seus materiais de propaganda sobre a reforma quanto nas disposições gerais do anteprojeto, como o governo se empenha em incorporar fragmentos dos princípios historicamente consagrados pelos movimentos em defesa da educação pública, mesclando-os com vários dos elementos da nova retórica empresarial, como que a querer jogar areia nos olhos das pessoas.

Mas não deveríamos nos deixar iludir. Uma análise criteriosa do anteprojeto, de sua lógica interna e do modelo de universidade que nele se desenha revela nitidamente sua inspiração na agenda do Banco Mundial, do BID e da Cepal e sua coerência com

as políticas privatistas desenvolvidas pelo MEC nos últimos governos:

a) promoção da integração subordinada da universidade aos imperativos da reprodução ampliada do capital, em que a universidade se torna uma organização social prestadora de serviços demandados pelo capital, modelo que se implementa mediante estímulos, estruturantes da universidade e do trabalho docente, à captação de recursos privados e à subordinação da universidade e do trabalho docente à lógica do mercado e dos interesses privados como único meio para suprir a insuficiência dos recursos públicos e a corrosão dos salários;

b) fomento do capitalismo acadêmico no contexto da concepção da universidade como prestadora de serviços;

c) expansão da oferta de ensino superior centrada nas empresas privadas;

d) democratização do acesso não por medidas universais, mas por cotas e políticas compensatórias;

e) avaliações padronizadas e centralizadas de qualidade inspiradas na teoria do capital humano, que buscam regular todos os aspectos da universidade, da educação superior e da produção de conhecimento de acordo com as premissas do modelo em prática, sufocam a autonomia universitária, restringem a liberdade acadêmica, estimulam a competitividade fratricida como forma da sociabilidade e permitem o controle despótico e centralizado de todo o sistema pelo Estado;

f) vinculação estreita e indissociável entre os planos de desenvolvimento institucional (estabelecidos com a participação empresarial), avaliação (SINAES), financiamento e autonomia, visando a operacionalizar a subordinação da universidade aos imperativos e à lógica da reprodução capitalista mediante a ação regulatória do Estado;

g) conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial e de regulação do acesso (e da exclusão) aos empregos;

h) programas de estímulo à docência e política salarial e de carreira baseadas em gratificações e remunerações complementos pela prestação de serviços. Para além dos dispositivos retóricos em que está embalado o anteprojeto e das leituras mais impressionistas ou condicionadas por outros interesses, a análise aprofundada da lógica interna de conjunto do anteprojeto deixa evidente em que medida este projeto de reforma, materializado no conjunto

coerente que formam o anteprojeto, as medidas implementadas em 2004 e as políticas do MEC, trabalha pela transformação da educação, da universidade e da produção de conhecimento em funções estritamente subordinadas aos imperativos da reprodução ampliada do capital, com todas as consequências devastadoras que daí advêm.

A análise preliminar que se segue, dada a extensão e a complexidade do anteprojeto, buscará se concentrar apenas na consideração da lógica que articula no anteprojeto e no conjunto da reforma a proposição de um modelo de universidade em sintonia com os processos estruturais de privatização e mercantilização da educação superior, da universidade e da produção de conhecimento.

Autonomia, Financiamento e Avaliação: o Núcleo Duro da Reforma e seu Projeto de Educação Superior

No Título I, Capítulo II do anteprojeto (das Instituições de Ensino Superior) são definidas a classificação, os requisitos, as atribuições e as prerrogativas das Instituições de Ensino Superior, que as definem como universidades, centros universitários ou faculdades, o que representa, na prática, a regulamentação do artigo 207 da Constituição, que consagra o princípio da autonomia universitária. As diferentes classificações correspondem diferentes requisitos e prerrogativas para a concessão do exercício, em diferentes graus, da autonomia universitária.

De início, salta aos olhos o fato de que as diferenças na regulamentação da autonomia não se dão em função das instituições serem públicas ou privadas. No todo do anteprojeto prevalece claramente a concepção das parcerias público-privadas (PPPs), em que o setor privado assume cada vez mais o controle de funções essenciais do Estado e da infraestrutura da sociedade, recebendo para isso recursos públicos como subsídios diretos e indiretos aos lucros privados, transformando direitos e bens públicos em serviços a serem devidamente mercantilizados e se apoderando progressivamente de todas as esferas da reprodução social da vida.

Chama a atenção os critérios lenientes pelos quais uma instituição de ensino superior pode ser classificada e autorizada a funcionar como universidade, centro universitário ou faculdade. De modo geral, não é difícil verificar que são concedidas muitas prerrogativas aos centros e faculdades e poucas exigências, sendo que nenhuma delas

se refere à adequação das instalações físicas, ao respeito aos direitos trabalhistas e sindicais, à transparência devida na prestação de contas, à gestão democrática, ao controle social das planilhas de custo ou à definição aberta e compartilhada dos valores das mensalidades. Fica evidente que a leniência nos critérios e requisitos apenas favorece a expansão descontrolada das privadas (que constituem a quase totalidade dos centros e faculdades), premiadas com prerrogativas de autonomia semelhantes às universidades (com exceção do direito à abertura e extinção de cursos, no caso dos centros, e à fixação do número de vagas em cursos e programas e expedição de diplomas e certificados, e ainda assim apenas no caso das faculdades que não obtiverem avaliação positiva).

O *laissez-faire* que impera para as privadas fica ainda mais nítido se observamos o art.5, em que são listados os princípios que definem o exercício da "responsabilidade social" pelas instituições de ensino superior: mesmo sendo evidente que a maioria esmagadora das instituições privadas não cumpre sequer um único dos nove requisitos ali listados (o que deveria logicamente conduzir a uma reforma universitária baseada na expansão e fortalecimento das instituições capazes de observar estes princípios, as públicas, e ao imediato fechamento da grande maioria das instituições privadas), ainda assim elas fazem jus aos privilégios fiscais do ProUni e a quase todas as prerrogativas de autonomia de que dispõem as universidades, ao mesmo tempo em que, na prática, são consagradas como eixo central da expansão do ensino superior. Sabemos que a incapacidade das privadas em cumprir os preceitos e atribuições básicas da responsabilidade social não decorre de lacunas legislativas, mas da natureza destas instituições, vocacionadas essencialmente ao lucro. Estruturalmente incapazes de cumprir sua responsabilidade social, elas seriam desautorizadas a funcionar, caso não atendam os requisitos da responsabilidade social? Não é o que prevê o anteprojeto, que na prática, torna letra morta o seu artigo 5, que deveria ser, em sua formulação original, o eixo para autorizar ou desautorizar a abertura e o funcionamento das IES e promover uma regulação governamental digna deste nome. A rigor, o que se verifica é uma evidente contradição entre o artigo 2 (que define a função social da educação superior), o artigo 5 (que define os princípios do exercício da responsabilidade social pelas IES, especificando as atribuições de sua função social) e o artigo 6 (que define que a

liberdade de ensino à iniciativa privada seja exercida nos limites da função social da educação superior), que pertencem às disposições gerais do anteprojeto, e o conjunto de disposições que regula a autonomia e a autorização para o funcionamento das entidades privadas, que tornam sem efeito os artigos que se referem à responsabilidade social das IES.

Fica assim aberto o terreno para que a expansão do ensino superior de péssima qualidade mediante a livre atuação das empresas privadas determine os rumos da educação superior no país. Consagrado pelo anteprojeto, o laissez-faire travestido de autonomia para as instituições privadas aponta claramente para a consolidação e o aprofundamento do processo privatista de expansão descontrolada do ensino superior, que a esta altura já faz do Brasil o país em que o ensino superior tem a maior participação proporcional de empresas privadas.

Como se não bastasse, aspectos cruciais da regulação do setor privado serão deslocados para os estados, aumentando assim a liberdade dos empreendedores.

Em tudo isso, ainda não chegamos a novidade introduzida pelo anteprojeto na forma de um dispositivo que, se implementado, terá efeitos devastadores sobre a educação superior no país. Coincidindo com a agenda da OMC e da ALCA, o anteprojeto admite até mesmo, pela primeira vez na história do país, que a educação é um campo aberto ao capital estrangeiro. É admitida a participação de até 30% de capital estrangeiro no negócio da educação superior. O princípio de que o setor da educação comporta investimentos estrangeiros fica assim estabelecido, nada impedindo que o parlamento possa ampliar este percentual, ou que negociações na OMC ou na ALCA venham a exigir esta ampliação.

Como afirma Roberto Leher, "as repercussões dessa orientação incidirão diretamente sobre as universidades públicas. Ao intensificar a competição das privadas associadas ao capital estrangeiro, com as públicas, estas últimas sofrerão os efeitos de uma cultura universitária McDonoldizada, mas poderosa sob o ponto de vista midiático. Assim, as públicas terão de sobreviver em um ambiente ainda mais hostil a seus valores e práticas" (Considerações sobre o Projeto de Lei da Educação Superior/versão preliminar/circulação restrita).

No que tange ao exercício da autonomia nas universidades (que hoje em sua enorme maioria são instituições públicas), à primeira vista constatamos uma ampliação apenas

aparente da autonomia. A autonomia na definição dos estatutos (condicionada, entretanto, à aprovação do CNE e do MEC) e na eleição dos dirigentes aparece como um avanço na direção do auto-governo da universidade. Assim como parece um avanço a previsão de que as instituições federais de ensino superior habilitadas à gestão dos recursos que lhes forem destinados terão descredenciadas pelo MEC e pelo MCT as suas fundações de direito privado. Todavia, tais avanços se revelam apenas aparentes, parciais e inefetivos se considerarmos o todo de que estas medidas são parte.

A rigor, o conjunto de processos estruturais que cerceiam a autonomia, o caráter público e gratuito, a gestão transparente e democrática e a função social da universidade permanecem intactos. A começar pela previsão de que as IFES deverão gerar receitas próprias, o que continua a comprometer a gratuidade de cursos de extensão e especialização e outros eventos acadêmicos, mantém a cobrança de taxas aos estudantes, aprofunda a dependência da universidade em relação a recursos e interesses privados para a realização de pesquisa (afirmada na Lei de Inovação Tecnológica), promove em seu interior a lógica obscura e perversa dos interesses privados e da competitividade em estado puro como regime político e como forma perversa da sociabilidade, fomenta "caixas pretas" e compromete a gestão transparente e democrática, minando desde o seu âmago a autonomia universitária. A proposição, aparentemente inocente, de que as universidades devem gerar receitas próprias mediante a "livre interação" com o mercado e o setor privado, mais do que um credo liberal, expressa o âmago do processo histórico de destruição da universidade tal como a conhecemos e de sua progressiva transformação numa instituição de mercado. Entregar progressivamente a universidade à racionalidade da interação mercantil é a melhor forma de reconfigurá-la desde sua própria essência. Por isso, podemos considerar esta proposição e as políticas que dela se seguem e com ela se harmonizam como o eixo central da reforma privatista, o seu núcleo duro, em torno do qual gravita o conjunto da obra.

Neste modelo de universidade, é essencial o papel da avaliação como mecanismo pelo qual todas as dimensões da vida universitária são submetidas a critérios de avaliação emanados do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, introduzido pela Lei 10861/04) e entregues, quanto ao exercício da autoridade e da fiscalização, ao poder da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), ao CNE e à burocracia do MEC, o que propicia um alto grau de controle pelo governo de todas as dimensões da vida universitária e de todo o sistema federal de educação superior.

Ao invés de estabelecer critérios que permitam assegurar um padrão unitário de qualidade para todo o sistema de educação superior e desconcentrar poderes, atributos

e responsabilidades, o sistema de avaliação confere poderes à burocracia do MEC que são, no limite, estrutural e potencialmente corruptores. Ao invés de afirmar a autonomia universitária, respeitar a liberdade e diversidade do trabalho docente e a natureza e as especificidades do processo de formação dos estudantes, o sistema de avaliação se afirma como instrumento de controle governamental que centraliza a definição e o controle burocrático e despótico de todos os critérios que definem o processo educacional e a produção de conhecimento, qualifica e quantifica a noção de produtividade acadêmica segundo critérios extremamente duvidosos e restringe severamente a autonomia e a capacidade de auto-governo e de gestão democrática e transparente que deve desenvolver a comunidade universitária.

É neste contexto de controle governamental que o anteprojeto introduz o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), como mecanismo de controle da universidade pela burocracia governamental e por segmentos do empresariado. E é também neste contexto que a criação do Conselho Comunitário pode vir a representar, caso sua composição seja semelhante a dos conselhos criados pelo governo, com a hegemonia do empresariado, um mecanismo complementar do processo de articulação passiva e subordinada da universidade aos interesses e imperativos do capital.

O cerceamento da autonomia financeira e de gestão se afirma ainda pela previsão de liberação dos recursos apenas mediante duodécimos mensais, parte integrante do contingenciamento de recursos exigido pelo FMI e pela política econômica determinada pelos interesses do capital financeiro.

Com respeito ao financiamento, a subvinculação prevista no anteprojeto (75% dos 18% constitucionalmente vinculados à educação) não poderá alterar o quadro que vivemos, uma vez que a DRU (Desvinculação das Receitas da União), que retira cerca de 4 bilhões do orçamento do MEC, será mantida, para efeitos de formação do superávit primário para pagamento de juros ao capital financeiro. Para burlar esta vinculação, desde o governo FHC há um aumento sistemático das contribuições (CPMF, COFINS, CIDE, etc.), que não contam para o cálculo dos 18% e paulatinamente vem tomando o lugar dos impostos, que contam para esse cálculo, fazendo com que os 18% incidam sobre um montante cada vez menor. Enquanto isso, o financiamento público das empresas privadas, ampliado enormemente pelo ProUni, além do FIES, permanece crescendo exponencialmente, impulsionando vigorosamente a expansão do setor privado.

Metas de Crescimento

O anteprojeto afirma que a meta de crescimento do setor público para 2011 é chegar ao índice de 40% das vagas para o setor público. Como coloca Roberto Leher, isso equivale na prática a estabelecer como meta que, em 7 anos, chegaremos a situação em que estávamos 10 anos atrás! É evidente que não há instrumentos na reforma e condições estruturais, pela política econômica vigente, que permitam imaginar que esta meta seja atingida. A não ser que a expansão das públicas venha a se dar por meio de modalidades aligeiradas de formação (adequadas aos pobres), como a educação à distância, ou pela proliferação de centros universitários, como propõe o projeto de converter os CEFETs em centros universitários.

Se no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira a meta de crescimento está amparada em uma consistente política de financiamento (em 2005, 1,2% do PIB e em 2011, 1,4% do PIB), hoje o percentual de gastos na educação superior federal está estagnado em 0,6% do PIB, nada autorizando imaginar que isso possa ser revertido no marco das políticas econômica e educacionais vigentes nos últimos dez anos.

Assistência Estudantil

Neste item, o anteprojeto se limita a prever que o financiamento da assistência estudantil seja feito através de jogos de azar! Dispensa comentários a iniciativa de condicionar o financiamento da formação dos estudantes mais carentes mediante a consagração da lógica perversa dos jogos de azar.

Carreira

É particularmente preocupante a possibilidade de que cada universidade possa estabelecer seu próprio plano de carreira. Uma tal fragmentação da carreira estabeleceria obstáculos gigantescos à luta unificada dos docentes em nível nacional e causaria enormes prejuízos à construção da ação sindical.

Aposentados

A previsão de que a folha salarial dos aposentados seja retirada do orçamento das universidades pode ser uma armadilha capaz de acarretar enormes prejuízos aos aposentados, como é de se prever dadas as políticas dos últimos anos, que penalizam os aposentados de

forma particularmente desumana.

Considerações Finais

Não há dúvida que, com a apresentação do anteprojeto, entramos num novo momento no processo político da reforma universitária. Se substancialmente não há nada no projeto que reverta a supremacia do privado sobre o público, em 2005 teremos o deslocamento do terreno da luta para o Congresso e a materialização dos documentos governamentais num anteprojeto que não deixa dúvidas quanto ao modelo de universidade que se pretende implementar no país. Ademais, as dúvidas e hesitações quanto ao verdadeiro caráter do governo Lula se dissipam cada vez mais e, como sabemos, a aproximação das eleições sempre impõe limites à ação governamental.

Por tudo isso, o trabalho de informação, discussão e mobilização da comunidade universitária e da sociedade deve ser intensificado à medida que nos aproximamos dos embates decisivos, assim como nossa articulação com o conjunto das forças sociais e políticas que defendem, com diversos matizes, a universidade pública, gratuita e de qualidade como condição essencial para a existência do Brasil como país.

Mesmo reconhecendo a natureza privatista do anteprojeto e a correlação de forças desfavorável no Congresso, promover a articulação entre as entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a ANDIFES, a SBPC, a OAB e a ABI, conselhos profissionais, entidades acadêmicas e movimentos sociais em torno da luta contra a reforma privatista, da elaboração de eixos e diretrizes consensuais e de sua materialização em propostas legislativas para a intervenção no processo de discussão da reforma no Congresso será fundamental para sensibilizar amplos setores do parlamento e da sociedade em torno das demandas colocadas pelos protagonistas da educação superior brasileira e seus aliados, fomentando, neste novo momento do embate contra a reforma privatista, a mais ampla mobilização em defesa da universidade brasileira.

Cabe a nós, educadores, reafirmarmos nosso protagonismo na defesa da universidade e da educação brasileira.

****Rodrigo Dantas,**
professor de Filosofia da
UnB e presidente da ADUNB

ANDES-SN CONTESTA ENTREVISTA DE TARSO GENRO À REVISTA "ISTO É". LEIA A NOTA ABAIXO:

Sob o título "Abaixo a ignorância e a má-fé", o Ministro da Educação desfila uma série de acusações (desavisados, ultra-radicais, soviéticos, visão feudal da sociedade, etc.), mas não consegue responder às questões centrais. Em uma curiosa entrevista onde as perguntas parecem ser feitas para que o Sr. Genro destile o seu azedume e a sua idiosincrasia contrários ao debate, ele parece pontificar. Mas nada explica!

Quem falou, a sério, em "sovietizar" a universidade como pergunta o entrevistador? Ninguém! Mas isso permite ao Ministro (um genuíno ex-radical petista) afirmar que o governo está preservando o papel da sociedade na universidade. E por que isso? Para legitimar o governo falando da Rússia Soviética onde o Estado esmagou a sociedade. E o que isso tem a ver com a reforma? Nada, é claro!

Sem nenhum rigor ético, político e intelectual Tarso Genro avança um amálgama político juntando na mesma posição - os opositores - o ANDES-SN, o PSTU e a AMBES. Contrariando qualquer análise realista afirma que o ANDES-SN, sindicato que tem 72 mil docentes universitários sindicalizados, é "ligado ao PSTU", ignorando a presença majoritária de companheiros do PSOL, do PT e independentes em sua diretoria e que a mesma é apenas executora das deliberações das instâncias democráticas do sindicato. As correntes político-sindicais, legítimas como toda participação de cidadãos possuidores de opiniões, têm, no nosso Sindicato, os Congressos, os Conselhos Nacionais e as Assembléias das nossas Seções Sindicais como espaço democrático de deliberação. Ao fazer afirmações ideológicas sem base de realidade o ministro desqualifica a democracia, que diz defender, ao colocar a militância partidária (atributo da cidadania) como inimiga, por princípio, da análise e do debate da reforma.

Considera ultra-radicalismo e "bobagem", no melhor estilo Fernando Henrique-Paulo Renato, a análise feita por alguns dos melhores educadores brasileiros e tema de inúmeras Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado sobre a vinculação Banco Mundial-OMC-FMI/projeto de Reforma. Talvez ele devesse lembrar que os sítios daquelas entidades, onde projetos essencialmente similares aparecem, são acessíveis a quem se interessar sobre o assunto. Lembremos, por outro lado, que no governo de Fernando Henrique o hoje partido governante praticava esse tipo de críticas sem ser "ultra-radical" ou coisa do gênero.

Ao mesmo tempo em que sataniza os críticos O ministro afirma que "Soberano é o Estado", ignorando que, segundo a melhor tradição liberal, a soberania estatal decorre da vontade popular e do cumprimento da Constituição, coisa que, reiteradamente, o governo não o faz a pretexto da governabilidade. Afirmar que o Poder público faz a avaliação da qualidade no ensino privado é mera falácia.

Se somos poucos e desavisados porque, então, o ódio e o anticomunismo?

O fim da entrevista é sintomático. Primeiro pela conclusão segundo a qual se direitistas e esquerdistas o atacam é porque o projeto é bom! Fantástico! Não passaria em uma elementar prova de lógica, pois apresenta como silogismo o que é um mero sofisma. E, por fim, e isso é decisivo, conclui que a reforma não se inspira na Revolução Soviética, mas... na Francesa... "Só não vê isso quem tem uma visão feudal da sociedade". Ultra-radicais com visão feudal?

Quanto a Istoé, a revista tem o direito de ter sua posição, ninguém o objeta! Mas o que se publicou no quadro "O que pensa a sociedade civil" vai além do imaginável.

Será que se pensa que neste país ninguém lê ou tenha capacidade de crítica? No que se refere ao ANDES-SN declara-o "ligado ao PSTU", ignorando como já salientamos, a diversidade de posições, os procedimentos democráticos do Sindicato e a existência de vida inteligente na Universidade. Dizer-nos rompido com a CUT é posicionar-se, claramente, sobre uma das polêmicas do nosso próximo Congresso. E vai por aí adiante. Porque fomos privilegiados nesse combate à liberdade de expressar as diferenças?

Não é necessário voltar a comentar a entrevista-companheira, na qual as perguntas parecem feitas para permitir o deslocamento da fala ministerial até atingir as fantásticas conclusões a que ele chegou. E os "olhos" da matéria? Estes privilegiaram uma visão preconceituosa a pretexto, talvez, de uma técnica jornalística de chamar a atenção do leitor.

Mas é preciso salientar que, fugindo à melhor ética jornalística, sequer se buscou o contraditório, fazendo assim a construção do "falou, está falado". A liberdade constitucional de opinião não é, nem nunca poderia ser, um salvo-conduto para legitimar esse tipo de leitura que pune os que pensam diferentemente. Não, pelo menos, em um regime que se pretende democrático. Ao exigir o direito de resposta o ANDES-SN o faz para vir a público e expressar sua análise rigorosa e cientificamente elaborada.

A Diretoria

LEIA A ENTREVISTA DE TARSO GENRO À REVISTA "ISTO É" NO SITE DA ADUR-RJ.

CIENTISTA POLÍTICO CRITICA PT E GOVERNO EM ENTREVISTA

EM ENTREVISTA À REVISTA "ÉPOCA" DA SEMANA DE 7 DE FEVEREIRO, O CIENTISTA POLÍTICO LEÔNIO MARTINS RODRIGUES, QUE COMEÇOU A ESTUDAR O MOVIMENTO SINDICAL E OS PARTIDOS POLÍTICOS HÁ MAIS DE 40 ANOS, DIZ O PT FICOU ENCANTADO COM A ASCENSÃO SOCIAL E ABANDONOU A VELHA IDÉIA DE FAZER A REVOLUÇÃO. CIENTISTA POLÍTICO, LEÔNIO MARTINS RODRIGUES FOI PROFESSOR TITULAR DA USP E DA UNICAMP. ELE ACOMPANHOU DE PERTO AS GREVES DOS METALÚRGICOS DO ABC PAULISTA NA VIRADA DA DÉCADA DE 70 PARA A DE 80. FOI NESSE AMBIENTE QUE VIU O SURGIMENTO DO HOJE PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COMO O MAIOR LÍDER SINDICAL DO PAÍS E ACOMPANHOU A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), UM MISTO DE DIFERENTES CORRENTES DE ESQUERDA, IGREJA E TRABALHADORES.

ESTA ENTREVISTA ESTÁ DISPONIBILIZADA NO SITE DA ADUR-RJ.

EXPEDIENTE

ADUR Informa
Publicação da Associação
dos Docentes da UFRRJ

Endereço:

Rodovia BR 465, Km 7 – Campus da
UFRRJ – Seropédica, RJ.
Caixa Postal: 74.537 – CEP: 23.851-970.
Telefax: (21)2682-1379.
E-mail: adurrj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial:

Canrobert P. L. Costa Neto, Célia Regina Otranto, Frederico José Falcão, Iriete Braga da Trindade, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Maria Teresa Carneiro da Cunha e Rosane Ferreira de Oliveira.

Redação e diagramação:

Aline Pereira (Reg. 25163/MTb)

Fotolito e impressão:

Gráfica Atual

Tiragem:

2 mil exemplares